



Carta de

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria do Planejamento e Gestão
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

Conjuntura FEE

ANO 18 Nº 03
Março de 2009

A crise mundial e a economia brasileira

A crise mundial tem diversas características. Primeiro, é uma crise que teve como epicentro a economia norte-americana. Segundo, partindo de problemas no *subprime*, tornou-se uma crise de todo o sistema financeiro. Terceiro, o *subprime* estava em muitos outros países do mundo, logo, a metástase esperta passou para todo o planeta. Quarto, os dois centros de acumulação (setores imobiliário e automobilístico), no setor produtivo, sofreram danos fortes, que se desdobraram pelos elos da cadeia produtiva, afetando brutalmente a indústria. Quinto, os efeitos da queda da atividade das finanças e da produção, inevitavelmente, trouxeram um rastro fulminante no desemprego. A taxa norte-americana, que era de 4% em tempos normais, disparou para 7,6% em janeiro de 2009. Sexto, dado que a economia norte-americana estava muito ligada, pelos déficits gêmeos, a outras economias emergentes, houve um efeito desacelerador em todas elas, desde a China até o Brasil.

Se formos pensar com rigor, temos que aceitar que o que foi posto em causa, o que desabou, se chama modelo financeiro de acumulação, que se organizou produtivamente a partir de uma forte importação norte-americana. O círculo virtuoso virou a quadratura do círculo. E o mundo fascinante das finanças sucumbiu e levou junto a produção. Não há como não fazermos perguntas. Como solucionar o sistema financeiro? Como articular o crédito com a produção? Como organizar a matriz energética? Como pensar a construção de tecnologias e inovações para uma outra economia que virá? (E a galope, correndo por fora, há o rosto do desafio ecológico do planeta).

Pois é dentro disso que a economia brasileira tem que se reformatar. A questão mais decisiva só vai ser respondida mais adiante: que modelo vai funcionar na economia mundial? O que significa pôr uma interrogação sobre a nossa inserção na nova divisão do trabalho. Como esta não está clara, a estratégia ainda é parcial, há que ter calma. O velho Pinheiro Machado tinha a sua sabedoria: “Nem tão depressa que pareça acinte, nem tão devagar que pareça medo”. Mas a carruagem tem que andar. E o movimento preparatório vai-se sobressaindo: trazer o Estado para orientar a economia, manter e ampliar as atividades que estão voltadas para o mercado interno e preparar, com cuidado, um caminho no nevoeiro do mercado externo. Já podemos ver nítido: o

Estado, lentamente, cautelosamente, está-se transformando, alinhavando sua nova vestimenta.

Em primeiro lugar, cabe mudar a dinâmica da economia. Os investimentos autônomos do Estado terão que puxar os investimentos privados, sejam nacionais, sejam internacionais. Daí o papel fundamental do PAC e do BNDES. Para apoiar os investimentos públicos, há uma carta na manga, o famoso superávit fiscal. Se ele for diminuído em 1% ou 1,5% do PIB, além de sobrar um colchão de 3% ou 3,5% de superávit, a força desses recursos, postos prioritariamente no investimento, poderá deter a queda do produto, e cresceremos, então, entre 2% ou 2,5%. Junto com a China e a Índia, seremos um dos poucos países do mundo a crescer positivamente. Na certa, o investimento privado, requerido a partir da indução do investimento público, terá apoio do BNDES. Todavia há reformas estruturais no horizonte. Para começar, uma nova postura na política econômica, com o Estado comandando o processo. Nessa direção, podemos vislumbrar uma reforma no sistema financeiro, num novo modelo de regulação e concorrência, com redefinições do Banco Central e da posição dos bancos públicos (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal) e dos bancos privados, nacionais e estrangeiros. Conforme o agravamento da crise, outros pontos devem aparecer, como controles, explícitos ou não, da taxa de juros, da taxa de câmbio e apoios à exportação. De qualquer forma, o que está em desdobramento, o que está em marcha no Brasil é a substituição de um modelo financeiro de acumulação para um modelo produtivo, com reformulações notórias no papel das finanças e na concepção de uma nova integração no cenário internacional. O bolo já está ingressando no forno; é só acompanhar a tendência das tramas e dos combates.

Enéas de Souza (FEE/CEES)

Perspectivas de produção das culturas de verão na safra 2009

A estimativa da produção dos principais grãos na safra de verão de 2009, no Rio Grande do Sul, mostra acréscimos nas lavouras de arroz, de feijão (1ª safra) e de soja, em relação à safra de 2008, e redução na de milho (1ª safra). Considerado o conjunto desses produtos, o Estado produzirá 561.000 toneladas a menos na safra em andamento. O Brasil terá uma diminuição de 7.518.000 toneladas na produção desses grãos, havendo a previsão de consideráveis reduções nas lavouras de soja e milho (1ª safra), o que configura pior desempenho do que o realizado nas lavouras gaúchas. Estiagem e chuvas excessivas influenciaram de maneira significativa, porém diferenciada segundo as regiões, o resultado da safra de verão no Estado e no País.

No **Informativo Conjuntural** de 12 de fevereiro, a Emater-RS indicava que, no Estado, as culturas de arroz e de soja não tinham a colheita iniciada, enquanto 85% da área destinada ao feijão já estava colhida. O milho, por sua vez, tinha 43% da área em fase de floração e de enchimento de grãos, fases essas críticas em relação à quantidade de água, o que pode influir decisivamente no rendimento da lavoura. Os preços recebidos pelos produtores na segunda semana de fevereiro estavam todos acima da média histórica para o período 2003-07. Se continuarem favoráveis, poderão compensar, de alguma forma, as perdas na produção, oportunizando resultados satisfatórios ao segmento na agricultura.

Produção dos principais grãos nas lavouras de verão do Brasil e do Rio Grande do Sul — safras de 2008 e 2009

PRODUTOS	BRASIL		RIO GRANDE DO SUL	
	2008	2009 (1)	2008	2009 (1)
Arroz	12 114 486	12 384 061	7 371 467	7 620 202
Feijão 1ª safra	1 600 564	1 883 573	76 126	83 573
Milho 1ª safra	39 995 410	34 068 769	5 322 052	4 438 909
Soja	59 920 262	57 776 642	7 773 324	7 839 270
TOTAL	113 630 722	106 113 045	20 542 969	19 981 954

FONTE: IBGE-LSPA – jan./09. Disponível em: <www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 18 fev. 2009.
(1) Estimativas.

Suzana Ribeiro Boeckel (FEE/CEES)

Cresceu a proporção de mulheres entre os desempregados

Segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego realizada na Região Metropolitana de Porto Alegre, no período 2000-08, aumentou expressivamente a proporção de mulheres no contingente de desempregados. Em 2000, do total dos desempregados na Região, 52,7% eram do sexo feminino, chegando a 58,1% em 2008.

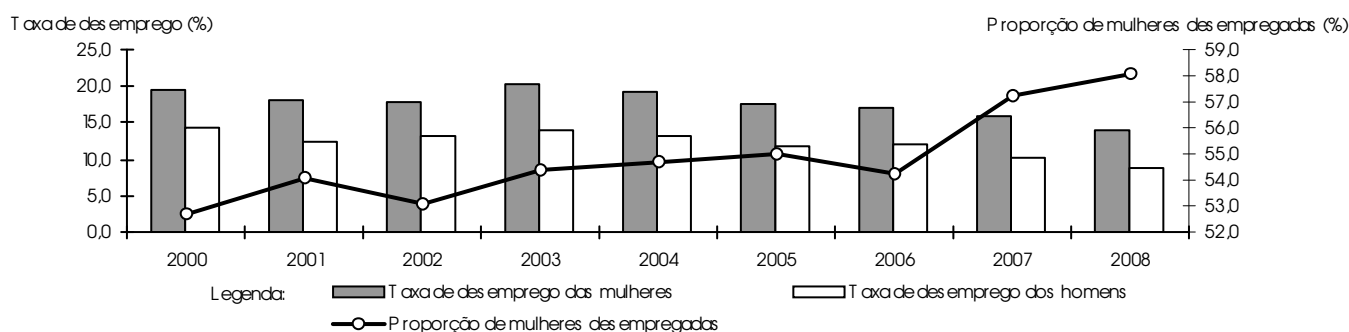
A evolução da taxa de desemprego observada entre 2000 e 2008 apresentou, entretanto, uma trajetória de queda para ambos os sexos. A taxa de desemprego das mulheres passou de 19,6% para os atuais 13,9%, e a dos homens retraiu de 14,2% para 8,8%.

A taxa de desemprego masculino registrou uma retração, no período, de 38%, enquanto a taxa do grupo feminino sofreu uma variação negativa menor, de 29%, que, por conse-

guinte, acentuou a proporção de mulheres no desemprego. Esse aumento da proporção de mulheres entre os desempregados deveu-se também ao incremento da taxa de participação feminina (PEA/PIA), que cresceu de 49,7% em 2000 para 51,4% em 2008 (a participação masculina sofreu decréscimo de 69,2% para 66,9% no período).

Saliente-se, ainda, que essa desvantagem das mulheres em sua inserção no mercado de trabalho é também constatada quando se observa cada ano da série estatística da PED: as taxas de desemprego feminino, invariavelmente, mantiveram-se superiores às taxas masculinas na comparação ano a ano, atingindo, em 2003, o patamar de 20,2%, enquanto o desemprego masculino atingiu sua maior taxa no ano 2000, com 14,2%.

Taxa de desemprego, por sexo, e proporção de mulheres des empregadas na RMPA — 2000-08



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTA/S/INE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

Elisabeth Kurtz Marques (FEE/CPED)



Tenha acesso a esta e a outras
publicações em
nossa Home Page
www.fee.rs.gov.br

**Carta
de
Conjuntura FEE**

ECONOMIA BRASILEIRA

Variáveis macroeconômicas selecionadas — dez./96-jan./09

MESES E ANOS	TAXAS ANUAIS DE CRESCI- MENTO DO PIB (1) (IBGE)	TAXA DE INVESTIMENTO (2) (% do PIB) (IPEA)	TAXA MÉDIA DE DESEMPREGO ABERTO (3) (% da PEA) (IBGE)	TAXAS ANUAIS DE VARIÇÃO DO ÍNDICE DE PREÇOS (4) (IPCA/IBGE)	TAXAS BÁSICAS DE JUROS AO ANO (%) (Bacen)	TAXA EFETIVA DE CÂMBIO (5) (Funcex)		SALÁRIOS REAIS NA INDÚSTRIA (IBGE)		BASE MONETÁRIA (saldo em R\$ milhões correntes) (Bacen)
						Índice (base fixa: dez./03 = 100)	Taxa de Variação (4)	Índice (base jan./01 = 100)	Taxa de Variação (7)	
Dez./96	2,1	21,0	-	10,1	23,00	-	-	127,2	0,2	20 106
Dez./97	3,4	22,2	-	5,2	38,00	-	-	132,8	0,8	32 283
Dez./98	0,0	21,2	-	1,7	29,00	-	-	131,3	-0,5	39 285
Dez./99	0,3	19,6	-	8,9	19,00	-	-	125,4	0,1	45 407
Dez./00	4,3	20,3	-	6,0	16,50	-	-	128,3	0,2	46 304
Dez./01	1,3	19,2	10,6	7,7	19,00	-	-	130,7	25,7	52 846
Dez./02	2,7	-	10,5	12,5	22,00	-	-	122,4	20,3	69 901
Dez./03	1,1	-	10,9	9,3	17,50	-	-	126,4	21,9	70 802
Dez./04	5,7	-	9,6	7,6	17,25	88,9	-	134,4	24,8	87 344
Dez./05	2,9	-	8,3	5,7	18,50	75,7	-14,8	135,5	21,3	98 306
Dez./06	3,8	-	8,4	3,1	13,25	73,8	-2,5	135,1	19,7	118 304
Fev./07	-	-	9,9	3,0	13,00	71,8	-0,6	105,7	-1,5	111 951
Mar./07	3,9	-	10,1	3,0	13,00	72,2	-1,0	102,4	-3,1	109 023
Abr./07	-	-	10,1	3,0	12,75	72,9	-0,7	102,7	0,4	110 694
Mai/07	-	-	10,1	3,2	12,50	71,8	-3,0	103,8	1,1	111 301
Jun./07	4,8	-	9,7	3,7	12,50	70,0	-10,7	103,3	-0,5	113 195
Jul./07	-	-	9,5	3,7	12,00	69,0	-11,9	105,1	1,7	116 458
Ago./07	-	-	9,5	4,2	11,50	70,8	-6,1	103,5	-1,5	117 425
Set./07	5,3	-	9,0	4,2	11,50	68,1	-9,1	102,7	-0,8	123 181
Out./07	-	-	8,7	4,1	11,25	64,9	-10,7	105,7	3,0	124 345
Nov./07	-	-	8,2	4,2	11,25	64,5	-12,0	115,8	9,5	127 393
Dez./07	5,7	-	7,4	4,5	11,25	63,9	-13,4	140,1	21,0	143 642
Jan./08	-	-	8,0	4,6	11,25	63,9	-12,2	110,6	-21,1	141 858
Fev./08	-	-	8,7	4,6	11,25	62,7	-12,7	106,6	-3,6	132 524
Mar./08	5,9	-	8,6	4,7	11,25	63,5	-12,0	108,1	1,4	130 811
Abr./08	-	-	8,5	5,0	11,25	63,1	-13,4	106,1	-1,9	131 320
Mai/08	-	-	7,9	5,6	11,75	61,3	-14,6	108,7	2,5	132 658
Jun./08	6,0	-	7,8	6,1	12,25	59,6	-14,9	107,2	-1,4	131 067
Jul./08	-	-	8,1	6,4	13,00	58,9	-14,6	109,6	2,3	134 669
Ago./08	-	-	7,6	6,2	13,75	58,4	-17,5	107,4	-2,1	133 935
Set./08	6,3	-	7,6	6,3	13,75	63,2	-6,9	108,4	1,0	137 544
Out./08	-	-	7,5	6,4	13,75	70,4	8,5	109,1	0,6	139 816
Nov./08	-	-	7,6	6,4	13,75	70,5	9,3	120,1	10,1	130 600
Dez./08	-	-	6,8	5,9	13,75	74,7	16,9	147,5	22,8	145 742
Jan./09	-	-	8,2	5,8	12,75	-	-	-	-	142 042

(continua)

ECONOMIA BRASILEIRA

Variáveis macroeconômicas selecionadas — dez./96-jan./09

MESES E ANOS	NECESSIDADES PRIMÁRIAS DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO (6) (Bacen)	DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL DO SETOR PÚBLICO (% do PIB) (Bacen)	INDÚSTRIA				SETOR EXTERNO						
			Taxas de Crescimento (IBGE)		Utilização da Capacidade Instalada (%) (IBRE)	Taxas de Crescimento (Secex)		% do PIB (Bacen)			Reservas Externas (conceito de liquidez de US\$ milhões) (Bacen)	Dívida Externa Total (US\$ milhões correntes)	
			Índice da Produção Física (base 2002 = 100) (IBGE)	Produção física (1)		Produtividade física da indústria (7)	Exporta- ções (1)	Importa- ções (1)	Transações correntes (6)	Investi- mentos diretos (6)			Transações correntes não cobertas por investimentos diretos (6)
Dez./96	0,09	33,3	83,87	1,7	-	(8)82	2,7	6,7	-2,98	1,28	1,70	60 110	...
Dez./97	0,98	34,5	81,16	3,9	-	(8)84	11,0	15,1	-4,16	2,13	2,03	52 173	199 998
Dez./98	-0,01	42,6	79,26	-2,0	-	(8)82	-3,5	-6,2	-4,24	3,66	0,58	44 556	241 777
Dez./99	-3,13	49,7	86,06	-0,7	-	(8)81	-6,1	-14,9	-4,32	4,87	-0,55	36 342	241 468
Dez./00	-3,56	48,8	92,66	6,6	-	-	14,7	13,8	-3,76	5,08	-1,33	33 011	236 156
Dez./01	-3,67	52,6	86,69	1,6	-10,7	-	5,7	0,1	-4,19	4,06	0,14	35 866	226 067
Dez./02	-3,96	55,5	93,75	2,7	-9,9	-	3,7	-15,4	-1,51	3,29	-1,78	37 823	227 689
Dez./03	-4,37	57,2	98,23	0,4	-6,9	-	21,1	2,3	0,75	1,83	-2,59	49 296	235 414
Dez./04	-4,59	51,7	106,41	8,3	-6,6	-	32,0	30,0	1,76	2,73	-4,49	52 935	220 182
Dez./05	-4,83	46,5	109,34	3,1	-5,1	(9)83,7	22,6	17,2	1,58	1,71	-3,29	53 799	187 987
Dez./06	-3,88	44,0	109,65	2,8	-8,1	(9)84,4	16,2	24,1	1,27	1,76	-3,03	85 839	199 372
Fev./07	-4,35	44,7	104,07	2,8	-3,3	(9)83,9	16,0	24,9	1,19	1,80	-2,99	101 070	203 143
Mar./07	-4,05	44,8	121,21	2,6	13,1	(9)83,1	15,3	24,5	1,07	1,87	-2,94	109 531	215 543
Abr./07	-4,18	44,2	113,58	3,3	-6,7	(9)84,5	16,9	24,2	1,19	2,07	-3,26	121 830	217 256
Mai/07	-4,27	44,7	125,48	3,3	8,1	(9)84,4	19,2	25,9	1,13	1,94	-3,07	136 419	219 285
Jun./07	-4,27	44,1	121,61	3,9	-2,1	(9)84,7	19,3	26,5	1,10	2,68	-3,78	147 101	230 296
Jul./07	-4,33	44,0	125,50	4,2	2,1	(9)85,2	17,5	26,9	0,77	2,80	-3,57	155 910	235 030
Ago./07	-4,10	43,0	132,52	4,5	4,9	(9)85,7	16,6	27,6	0,69	2,81	-3,50	161 097	235 557
Set./07	-4,02	43,2	124,19	4,8	-6,4	(9)86,1	16,0	27,9	0,55	2,75	-3,30	162 962	237 632
Out./07	-4,19	43,2	136,83	5,3	8,0	(9)87,0	15,9	28,4	0,40	2,81	-3,22	167 867	238 262
Nov./07	-4,21	42,4	130,47	5,5	-4,0	(9)87,2	16,6	29,3	0,19	2,75	-2,94	177 060	242 098
Dez./07	-3,97	42,0	116,58	6,0	-8,3	(9)86,7	16,8	32,1	0,12	2,59	-2,71	180 334	240 495
Jan./08	-4,14	41,9	118,75	6,4	3,1	(9)84,3	17,0	33,4	-0,16	2,73	-2,57	187 507	244 829
Fev./08	-4,18	42,0	114,18	6,8	-3,8	(9)84,7	17,8	36,5	-0,32	2,65	-2,33	192 902	247 998
Mar./08	-4,47	41,2	123,04	6,6	5,9	(9)85,2	16,3	36,0	-0,64	2,64	-2,00	195 232	253 483
Abr./08	-4,25	40,9	124,96	7,0	1,4	(9)85,1	15,3	37,9	-0,97	2,62	-1,65	195 767	254 307
Mai/08	-4,35	40,6	128,53	6,7	1,5	(9)85,6	16,5	39,9	-1,00	2,64	-1,64	197 906	259 109
Jun./08	-4,24	40,5	129,51	6,7	0,8	(9)86,3	18,9	43,7	-1,22	2,08	-0,87	200 827	262 429
Jul./08	-4,33	40,7	136,50	6,9	4,1	(9)86,1	22,6	46,0	-1,29	2,03	-0,73	203 562	266 862
Ago./08	-4,37	40,5	135,10	6,4	-1,0	(9)86,6	24,5	48,2	-1,44	2,18	-0,74	205 116	271 079
Set./08	-4,55	37,8	136,17	6,8	0,3	(9)86,3	27,0	50,6	-1,63	2,45	-0,82	207 494	272 966
Out./08	-4,47	36,3	138,29	5,9	0,6	(9)86,3	26,3	50,2	-1,69	2,46	-0,77	203 179	278 919
Nov./08	-4,27	35,0	122,11	4,8	-9,6	(9)85,2	24,5	45,9	-1,64	2,40	-0,76	206 377	271 428
Dez./08	-4,07	36,0	99,73	3,1	-15,0	(9)80,6	23,0	41,8	-1,78	2,84	-1,06	206 806	267 067
Jan./09	-	-	-	-	-	(9)76,7	19,2	35,8	-1,75	2,73	-0,98	200 813	267 486

FONTE: IPEA. IBGE. Bacen. DIEESE. FGV. IBRE. Macrométrica.

(1) Variação percentual do fluxo dos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores. (2) Taxa de investimento no trimestre (preços de 1990). Taxa obtida a partir da relação entre as séries de índices reais (base fixa, dessazonalizado) da formação bruta de capital fixo e do PIB. (3) Pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos últimos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho. (4) Variação percentual em relação ao mesmo mês do ano anterior. (5) R\$/cesta de 13 moedas: Zona do Euro, EUA, Japão, Argentina, China, Coreia do Sul, Rússia, Canadá, Uruguai, Paraguai, Chile, México e Reino Unido. (6) Valor dos últimos 12 meses. (7) Variação percentual em relação ao mês anterior. (8) Média do ano. (9) Dado mensal.

Carta de Conjuntura - Ano 18 nº 03

ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — set./06-fev./09

MESES E ANOS	PIB (1)	PRODUÇÃO FÍSICA NA INDÚSTRIA			ICMS (R\$ milhões)				ÍNDICES DE PREÇOS	
		Base Fixa (4)	Mês (5)	Acumulado no Ano (6)	Industrial	Comércio Atacadista	Comércio Varejista	Total	IEPE (7)	CUB (R\$)
Set./06	-	98,64	101,28	97,00	423,6	267,3	101,7	1 075,4	177,57	901,14
Out./06	-	105,37	101,61	97,46	529,3	254,9	101,0	1 037,0	178,23	901,96
Nov./06	-	103,27	101,87	97,86	427,5	369,0	96,7	1 035,9	179,21	901,57
Dez./06	4,7	93,64	99,93	98,01	431,3	281,8	82,4	934,6	180,07	899,82
Jan./07	-	94,41	105,89	105,89	475,9	305,7	175,3	1 118,2	181,43	903,05
Fev./07	-	94,37	105,52	105,71	352,1	297,7	106,2	883,7	181,42	906,26
Mar./07	-	114,29	107,16	106,25	408,3	224,3	96,3	824,7	184,09	906,95
Abr./07	-	112,37	115,18	108,53	475,0	311,9	101,2	970,4	184,79	908,85
Mai./07	-	118,51	109,31	108,70	468,1	243,9	103,0	970,4	185,23	913,28
Jun./07	-	108,10	106,78	108,37	415,1	323,5	128,0	993,3	187,16	919,60
Jul./07	-	112,43	108,99	108,46	401,5	281,8	120,8	926,8	188,68	942,88
Ago./07	-	113,04	106,48	108,20	513,2	236,3	135,8	1 009,1	188,97	945,05
Set./07	-	100,21	101,59	107,48	434,1	297,5	138,0	1 006,5	189,07	948,23
Out./07	-	115,45	109,56	107,69	466,6	288,9	132,1	1 022,4	189,15	951,56
Nov./07	-	110,37	106,87	107,62	550,4	320,1	130,8	1 147,5	191,29	953,61
Dez./07	7,0	98,53	105,22	107,43	509,5	340,0	121,3	1 135,9	192,81	957,09
Jan./08	-	102,86	108,95	108,95	520,0	336,8	219,4	1 243,3	194,84	957,57
Fev./08	-	105,86	112,17	110,56	511,9	308,3	139,1	1 114,0	194,35	959,14
Mar./08	-	113,20	99,04	106,22	514,4	280,7	117,5	1 054,9	195,65	964,44
Abr./08	-	120,91	107,59	106,59	523,5	368,0	137,1	1 167,1	197,10	967,72
Mai./08	-	114,61	96,70	104,39	492,2	392,1	129,5	1 172,8	200,19	969,38
Jun./08	-	115,69	107,02	104,83	651,0	303,1	156,0	1 322,2	202,95	981,24
Jul./08	-	119,12	105,95	105,00	449,0	431,3	146,8	1 163,7	204,67	1 030,71
Ago./08	-	114,87	101,61	104,56	536,3	340,2	144,4	1 133,6	205,36	1 038,38
Set./08	-	116,12	115,87	105,73	575,8	390,2	154,1	1 278,5	205,98	1 048,99
Out./08	-	118,38	102,53	105,39	547,6	416,4	128,0	1 285,5	206,36	1 055,21
Nov./08	-	99,17	89,85	103,95	538,0	482,3	136,3	1 328,3	208,21	1 058,22
Dez./08	3,80	83,31	84,54	102,47	508,2	368,8	131,1	1 165,8	208,59	1 069,27
Jan./09	-	-	-	-	651,5	304,8	194,6	1 314,0	209,67	1 075,83
Fev./09	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1 079,34

(continua)

ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — set./06-fev./09

MESES E ANOS	SALDO DE ADMISSÕES E DESLIGAMENTOS COM CARTEIRA	DESEMPREGO NA RMPA		RENDIMENTOS NA RMPA (2)		CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA (3) (mwh)		EXPORTAÇÕES VALOR (1 000 US\$ FOB)
		Taxa de Desemprego		Ocupados (8)	Assalariados (9)	Industrial	Total	
		Aberto	Total					
Set./06	3 554	10,5	14,3	1 103	1 134	529 480	1 540 478	1 072 405
Out./06	12 333	10,5	14,2	1 119	1 143	524 503	1 542 950	1 006 905
Nov./06	17 322	10,0	13,7	1 134	1 144	526 847	1 615 766	1 003 173
Dez./06	-13 467	9,2	12,9	1 125	1 125	531 587	1 732 882	1 044 476
Jan./07	14 920	8,6	12,2	1 092	1 112	443 129	1 807 603	860 445
Fev./07	13 643	8,8	12,3	1 097	1 131	518 242	1 840 251	866 144
Mar./07	8 926	9,4	12,9	1 103	1 138	544 817	1 838 957	1 062 709
Abr./07	15 008	10,1	13,6	1 120	1 150	556 619	1 788 914	971 243
Mai/07	-3 382	10,6	14,1	1 128	1 149	561 775	1 704 116	1 400 416
Jun./07	-1 132	10,8	14,4	1 123	1 149	556 098	1 642 989	1 281 777
Jul./07	-1 690	10,3	13,8	1 122	1 145	542 700	1 617 726	1 673 608
Ago./07	673	10,0	13,4	1 122	1 143	559 421	1 653 837	1 571 858
Set./07	14 986	9,6	12,8	1 119	1 125	534 178	1 612 954	1 280 444
Out./07	20 118	9,5	12,4	1 132	1 142	538 908	1 626 879	1 608 080
Nov./07	20 319	9,2	11,9	1 136	1 142	540 020	1 646 665	1 163 724
Dez./07	-8 065	8,7	11,3	1 163	1 165	527 914	1 737 091	1 277 226
Jan./08	19 029	8,4	11,2	1 127	1 124	467 639	1 914 097	1 155 177
Fev./08	20 080	8,3	11,3	1 100	1 095	553 905	1 949 550	1 196 912
Mar./08	18 474	8,7	11,7	1 083	1 095	556 404	1 905 271	1 156 056
Abr./08	13 578	9,0	12,0	1 112	1 123	591 331	1 852 881	1 398 875
Mai/08	2 296	9,2	12,2	1 143	1 161	588 888	1 747 461	1 718 977
Jun./08	7 990	8,7	11,9	1 165	1 179	579 625	1 722 206	1 682 512
Jul./08	4 522	8,7	11,9	1 168	1 186	599 694	1 738 101	1 866 525
Ago./08	4 814	8,3	11,3	1 177	1 183	598 172	1 738 262	1 733 246
Set./08	10 540	8,3	11,2	1 182	1 186	570 888	1 684 761	2 556 164
Out./08	8 873	7,9	10,6	1 183	1 182	583 481	1 723 158	1 662 121
Nov./08	8 036	7,7	10,2	1 176	1 182	545 726	1 702 679	1 120 931
Dez./08	-27 678	7,4	9,8	1 159	1 155	504 271	1 821 798	1 212 575
Jan./09	2 798	7,6	10,0	-	-	-	-	704 515
Fev./09	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: FEE. IBGE. MICT. PED-RMPA. Secretaria da Fazenda-RS. IEPE. SINDUSCON. Ministério do Trabalho e Emprego.

(1) Refere-se à taxa anual. (2) Inflator utilizado: IPC-IEPE; valores em reais de dez./08. (3) Refere-se à soma do consumo de energia elétrica divulgado pelas três principais operadoras do Estado (RGE, AES-SUL e CEEE). (4) Base: média de 2002 = 100. (5) Base: igual mês do ano anterior = 100. (6) Base: igual período do ano anterior = 100. (7) Base: abr./98 = 100. (8) Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganham exclusivamente em espécie ou benefício. (9) Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos.

Carta de Conjuntura - Ano 18 nº 03

Impacto da crise nas exportações gaúchas

A crise econômica mundial afetou duramente as exportações brasileiras e gaúchas. Como demonstra a tabela, há uma quebra de tendência muito grande na passagem de setembro para outubro de 2008, período que marca o recrudescimento da crise. De janeiro a setembro de 2008, sempre na comparação com o mesmo período do ano anterior, as exportações gaúchas apresentaram um bom desempenho, com crescimento do valor (31,9%), aumento dos preços em dólar (37,8%) e pequena redução do volume exportado (-4,6%). Mas, já em outubro, as exportações começaram a perder força, quando foram afetadas diretamente pela forte diminuição no volume e pela expressiva desaceleração no aumento dos preços. No período que vai de out./08 a jan./09, a quantidade embarcada sofreu retração de 19,8%, e os preços diminuíram a intensidade de seu crescimento, de 37,8% para 10,9%. O resulta-

do disso foi uma redução de 9,7% no valor exportado, no período.

As exportações do setor agropecuário apresentaram forte redução no valor exportado (-72,9%), após o início da crise. Isso foi resultado da retração do volume (-75,3%) e da pequena, se comparada com o comportamento até setembro, elevação dos preços (3,6%). Na indústria de transformação, destacam-se a retração do volume (-14,7%) e a queda no valor (-4,0%). Os ramos industriais que mais sentiram os efeitos foram os de veículos automotores, reboques e carrocerias, químicos, calçados e couros e produtos alimentícios e bebidas. Este último sofreu com a redução do volume exportado, mas, principalmente, pela freada brusca no aumento dos preços de seus produtos (basicamente carnes e produtos da soja), que vinha forte ao longo de 2008.

Varição percentual de volume, preço e valor das exportações do Rio Grande do Sul — jan./08-jan./09

BRASIL, RIO GRANDE DO SUL E SEUS PRINCIPAIS SETORES	VOLUME		PREÇO		VALOR	
	Jan.-Set./08	Out./08-Jan./09	Jan.-Set./08	Out./08-Jan./09	Jan.-Set./08	Out./08-Jan./09
	Jan.-Set./07	Out./07-Jan./08	Jan.-Set./07	Out./07-Jan./08	Jan.-Set./07	Out./07-Jan./08
Brasil	1,1	-11,0	27,4	10,1	29,4	-0,8
Rio Grande do Sul	-4,6	-19,8	37,8	10,9	31,9	-9,7
Agropecuária	-10,2	-75,3	52,6	3,6	39,1	-72,9
Indústria de transformação	-3,2	-14,7	33,9	10,9	30,6	-4,0
Produtos alimentícios e bebidas	8,8	-10,4	44,1	8,3	57,3	-0,9
Fumo	-9,3	-8,5	22,8	44,8	12,0	33,4
Químicos	-12,9	-11,9	28,8	-10,9	11,9	-20,6
Calçados e couros	-17,4	-25,4	18,3	8,6	-2,5	-19,0
Máquinas e equipamentos	21,4	-4,8	11,5	6,3	35,8	1,4
Veículos automotores, reboques e carroce- rias	13,0	-29,6	10,0	3,9	24,1	-27,1

FONTE: FEE.

Martinho R. Lazzari (FEE/CIE)

Máquinas e equipamentos agrícolas do RS: reversão do quadro positivo

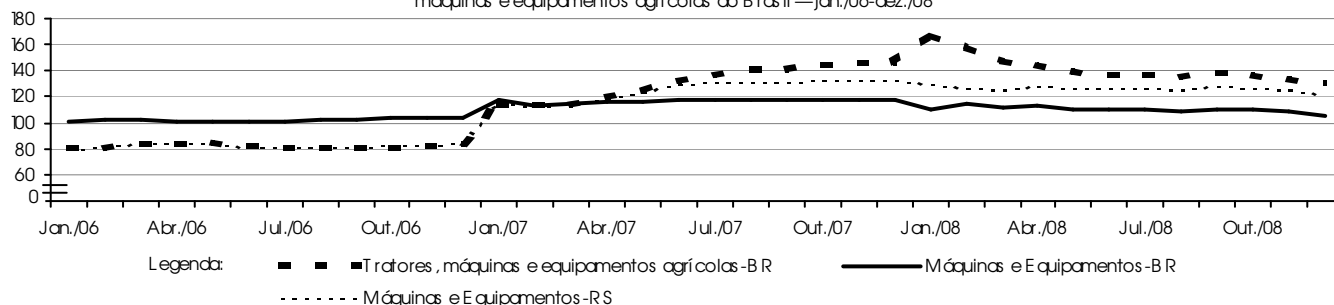
Em 2007, a indústria de máquinas e equipamentos do RS apresentou uma *performance* altamente positiva, registrando um crescimento de 33,3% em relação ao ano de 2006. Entretanto, em 2008, comparando com o ano anterior, essa taxa foi de 22,1%, o que significa uma perda de 11,2 pontos percentuais (PIM-IBGE).

Os resultados desse setor refletem o comportamento do segmento de máquinas e equipamentos agrícolas, que representa mais de 30% de sua produção no Estado. Em 2007, esse segmento experimentou uma forte recuperação, assentada principalmente nas boas safras de grãos, que ensejaram, por sua vez, a capitalização dos produtores. Esse fato, aliado à relativa abundância de crédito, contribuiu para a ampliação da demanda doméstica. Além disso, as grandes empresas do setor, motivadas pelas expectativas, nacionais e internacionais, de am-

pliação da cultura de cana-de-açúcar, da silvicultura, da área plantada de grãos e da introdução de tecnologias de ponta, empreenderam o lançamento de novos produtos.

Esse cenário favorável sustentou-se até janeiro de 2008. Porém a queda no preço das *commodities*, com reflexos sobre a produção de grãos, bem como as adversidades climáticas, com destaque para a seca da Argentina, e a crise financeira mundial, que limitou drasticamente a oferta de crédito, provocaram uma reversão desse quadro. Assim, os dois últimos meses de 2008 apresentaram forte desaceleração da produção, em decorrência da queda das encomendas e do crescimento da inadimplência dos produtores rurais. A demissão de trabalhadores registrada no final de janeiro de 2009 aponta um aprofundamento da crise no segmento de máquinas agrícolas do Estado.

Índices da produção física industrial dos segmentos de máquinas e equipamentos do Brasil e do RS e de tratores, máquinas e equipamentos agrícolas do Brasil — jan./06-dez./08



FONTE: IBGE-Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física.

NOTA: 1. Índice mensal acumulado.

2. Os dados têm como base o mesmo período do ano anterior = 100.

Clarisse Chiappini Castilhos (FEE/CEES)

Emprego formal: um quadro preocupante

Os efeitos da crise financeira internacional já se fazem sentir sobre o mercado formal de trabalho brasileiro, que sofreu, nos últimos três meses de 2008, um forte revés. Assim, se, até setembro, se tinha crescimento vigoroso do contingente formalmente empregado (2.086.570 postos), em outubro, verificou-se clara desaceleração, seguida de queda nos outros dois meses, sobretudo no último. Em dezembro, o fechamento de 654.946 vagas marcou o pior resultado para esse mês, na série do CAGED-MTE, desde 1992. Com a queda dos últimos três meses (-634.366), o crescimento do emprego formal em 2008 ficou aquém do esperado, com variação de 5,01% pelo acréscimo de 1.452.204 assalariados celetistas. Também no Rio Grande do Sul, a supressão de 10.769 vagas no último trimestre, resultado do crescimento pouco expressivo em outubro e novembro e da diminuição acentuada em dezembro (-27.678 postos) — o pior resultado para o mês desde 1999 —, contrapôs-se ao significativo crescimento verificado até setembro (101.323 postos), resultando na geração de 90.544 empregos no ano (variação de 4,60%).

Tanto no País como no Estado, o desempenho da indústria de transformação foi decisivo para a má performance do emprego no último trimestre. No Brasil, nesse setor, foram suprimidos 345.299 postos nos três últimos meses. Ainda assim, no ano, o saldo do setor foi positivo (178.675 vagas, variação de 2,55%), mas inferior aos dos setores serviços (648.259 e 5,67%), comércio (382.218 e 5,91%) e construção civil (197.868 e 12,93%).

No RS, o emprego industrial, após crescer significativamente até setembro (38.918 postos), registrou perdas crescentes nos três últimos meses do ano, totalizando uma queda de 23.876 postos no trimestre, concentrada, sobretudo, nos segmentos calçados (-8704), mecânica (-3436), metalúrgica (-3006) e química (-2940). No consolidado anual, o setor teve crescimento de 2,30%, pela incorporação de 15.042 trabalhadores, um acréscimo bem menor do que o do serviços (36.552 vagas e 5,40%) e o do comércio (29.137 vagas e 6,76%).

O resultado do último trimestre, por si só preocupante, torna-se ainda mais grave, se se considerar que o emprego reage com certa defasagem ao desempenho da produção industrial e que esta sofreu uma forte queda nos últimos três meses de 2008. No Brasil, de acordo com o IBGE, descontados os efeitos da sazonalidade, a produção industrial caiu 9,4% no último trimestre de 2008, comparativamente ao imediatamente anterior, e finalizou o ano com crescimento acumulado de 3,1%, praticamente a metade daquele de 2007 (6,1%). No Estado, após cair por três meses consecutivos, a produção industrial, ajustada sazonalmente, teve queda de 10,3% no quarto trimestre, em comparação ao terceiro, e fechou 2008 com aumento de 2,5%, um avanço cerca de três vezes menor do que o de 2007 (7,4%). Ao que parece, no futuro próximo, as perspectivas para o emprego industrial não são promissoras, o que possivelmente terá rebatimentos sobre a totalidade do mercado formal de trabalho.

Saldo (admissões-desligamentos) do emprego formal, em setores selecionados, no RS e no Brasil — 2008

DISCRIMINAÇÃO	INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO		COMÉRCIO		SERVIÇOS		TOTAL	
	RS	Brasil	RS	Brasil	RS	Brasil	RS	Brasil
1º trim.	24 420	146 246	2 467	19 256	11 441	212 590	57 583	554 440
2º trim.	10 535	171 655	7 670	112 867	10 333	226 223	23 864	806 948
3º trim.	3 963	206 073	6 757	132 711	11 169	251 136	19 876	725 182
4º trim.	-23 876	-345 299	12 243	117 384	3 609	-41 690	-10 769	-634 366
TOTAL	15 042	178 675	29 137	382 218	36 552	648 259	90 554	1 452 204
Variação total (%)	2,30	2,55	6,76	5,91	5,40	5,67	4,60	5,01

FONTE: CAGED-MTE.

Sheila S. Wagner Sternberg (FEE/CEES)

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 27.02.09).

ISSN 1517-7264

A Carta de Conjuntura FEE é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria do Planejamento e Gestão.

Tiragem: 250 exemplares.



Presidente: Adelar Fochezatto

Diretor Técnico: Octavio Augusto Camargo Conceição

Diretor Administrativo: Nôra Angela Gundlach Kraemer

Conselho Editorial da Carta: Octavio Augusto Camargo Conceição, Adalberto Alves Maia Neto, Roberto da Silva Wiltgen e Sônia Unikowsky Teruchkin.

Núcleo de Dados: Marilene Gauer (coordenação), Ana Maria de Oliveira Feijó e Jussara Lima do Nascimento.

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre

CEP 90010-283

E-mail: conjuntura@fee.tche.br

www.fee.rs.gov.br

Editoração

Supervisão: Valesca Casa Nova Nonnig. Secretária: Vera Lúcia Pires Dalberto. Expedição: Lisete Maria Giroto.

Revisão

Coordenação: Roselane Vial. Revisores: Sidonia Therezinha Hahn Calvete e Susana Kerschner.

Editoria

Coordenação: Cirei Pereira da Silveira. Composição, diagramação e arte final: Denize Maria Maciel, Ieda Terezinha Koch Leal, Jose Antonio da Silva e Rejane Maria Bondanza Lopes. Conferência: Lourdes Teresinha dos Santos, Rejane de Barcellos Schmitt e Vera Sonia da Silva Castro. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas e Luiz Carlos da Silva.